São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Quinta-feira, 03 de março de 2022 | Edição N º 501

datamercantil.com.br

G7 tenta impedir que Rússia contorne sanções usando criptomoedas

O ministro das Finanças alemão, Christian Lindner, disse nesta quarta-feira (2) que as potências do G7 estão estudando medidas para impedir que indivíduos e entidades russas alvos de sanções pela invasão da Ucrânia usem criptomoedas para contornar dispositivos de controle.

"Devemos tomar medidas para impedir que pessoas e instituições dessa lista usem criptomoedas que não são regulamentadas. Atuamos nesse sentido no âmbito da presidência alemã do G7", disse Lindner em comunicado.

Além do G7, a Comissão Europeia também estuda se criptoativos estão sendo utilizados para contornar as sanções, segundo um funcionário de alto escalão da União Europeia ouvido pela agência Reuters.

As compras de criptomoedas em rublos dispararam para níveis recordes desde que os Estados Unidos e seus aliados ocidentais lançaram um pacote de sanções para prejudicar a moeda e o setor bancário russos, levando o rublo a registrar queda histórica.

Os russos correram para os criptoativos na esperança de encontrar neles um valor de refúgio, como o bitcoin, que funciona em uma rede descentralizada. Nenhuma entidade central pode ser sancionada ou impedir que os usuários acessem essas criptomoedas.

A bolsa de criptomoedas Binance, no entanto, bloqueou contas de qualquer cliente russo alvo de sanções.

O ministro alemão não especificou quais medidas estão sendo consideradas para limitar o uso dessas moedas digitais.

A princípio, os governos poderiam pedir às plataformas que limitassem o acesso a determinados usuários, como a Ucrânia fez recentemente com contas russas.

O uso de criptomoedas para resistir a sanções econômicas não é novidade, em países como Irã ou Coreia do Norte, que também estão sujeitos a sanções econômicas, é comum.

Folhapress

Economia

Mercado eleva para 5,6% previsão de inflação deste ano

Página - 03

Camex regulamenta redução do Imposto de Importação de veículos

Página - 03

Sanções à Rússia podem travar comércio com o Brasil

Pág - 05

Bolsonaro usa possível falta de fertilizantes da Rússia para defender mineração em terras indígenas

Pág - 05

Política

Lewandowski, do STF, suspende ação contra Lula e cita Vaza Jato

Página - 04

Próximo governo terá de fazer ajuste de R$ 250 bi para não subir impostos

Página - 04

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.

No Mundo

Com apoio do Brasil, Assembleia-Geral da ONU aprova resolução contra Rússia

A Assembleia-Geral da ONU aprovou nesta quarta-feira (2) uma resolução condenando a invasão da Ucrânia pela Rússia, por 141 votos a favor, 5 contra e 35 abstenções.

Os votos contrários foram de Belarus, Coreia do Norte, Eritreia, Rússia e Síria. O grupo que se absteve inclui China, Índia, África do Sul, Irã, Cuba, El Salvador, Nicarágua, Sudão e Uganda, entre outros.

A resolução foi proposta conjuntamente por 95 dos 193 países do colegiado. O Brasil não se juntou ao grupo dos proponentes, mas votou a favor da medida.

Outros 12 países, incluindo a Venezuela, não participaram da votação por estarem ausentes da sessão ou porque estão com o direito ao voto suspenso. É o caso de governos com dívidas elevadas nas contribuições para a manutenção da ONU.

Além de condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia, o documento reafirma que nenhuma aquisição de território por ameaça ou uso da força deve ser reconhecida como legal e expressa grave preocupação com os relatos de ataques a civis.

A resolução reafirma a independência da Ucrânia e sua integridade territorial, deplora nos termos mais fortes a agressão da Rússia contra o país vizinho e demanda que Moscou retire suas forças da Ucrânia imediatamente. E deplora o envolvimento de Belarus no conflito.

A Assembleia-Geral, no entanto, não pode aplicar medidas, como sanções ou envio de missões de paz. Só o Conselho de Segurança tem autoridade para tal. Essa instância das Nações Unidas é formada por 15 países, cinco dos quais com assentos permanentes e com poder de veto e outros dez em vagas rotativas -o Brasil atualmente ocupa uma posição temporária. Como a Rússia é membro fixo do órgão, pode barrar medidas contra si mesma.

Folhapress

No maior acordo verde desde Paris, ONU aprova tratado de plástico

A Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou ontem (2) um acordo histórico para criar o primeiro tratado global de poluição por plástico, descrevendo-o como o pacto ambiental mais significativo desde o acordo climático de Paris de 2015.

Os estados-membros conversaram por mais de uma semana em Nairóbi, no Quênia, para concordar com o esboço de um acordo para conter a crescente poluição plástica, uma crise ambiental que se estende das fossas oceânicas ao topo das montanhas.

Autoridades governamentais aplaudiram e deram socos no ar após a adoção de resolução para criar um tratado legalmente vinculante sobre poluição por plástico, que deve ser finalizado até 2024.

"Estamos fazendo história hoje e todos vocês devem se orgulhar", disse Espen Barth Eide, presidente da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unea). "A poluição plástica se transformou em epidemia. Com a resolução de hoje, estamos oficialmente no caminho da cura" disse.

A resolução, que a Unea chama de "pacto ambiental mais significativo desde o acordo de Paris", foi escrita em termos amplos e um comitê intergovernamental agora tem a tarefa de negociar um tratado vinculante que terá efeito cascata em empresas e economias em todo o mundo.

Reuters/ABR

Como a guerra na Ucrânia afeta empresas com ações na Bolsa

A guerra na Ucrânia deve elevar os custos de empresas brasileiras do setor de alimentos e bebidas que dependem de matérias-primas como trigo e milho, esse último utilizado como ração para animais. Até mesmo o preço de cervejas que levam esses dois ingredientes pode ser afetado caso a crise se prolongue, segundo relatórios do Itaú BBA que analisam companhias brasileiras de capital aberto com ações na B3.

Nos últimos dias, diversos analistas têm apontado que as maiores preocupações neste momento não são os impactos nas exportações brasileiras –a Rússia representa apenas 0,6% das nossas vendas ao exterior. O problema maior estaria nas importações e no preço de algumas commodities.

Rússia e Ucrânia respondem por cerca de 30% das exportações globais de trigo e quase 20% de milho, que tiveram forte alta nos últimos dias.

Um desequilíbrio mundial de oferta de milho pode pressionar as margens da companhia BRF, dada a representatividade do insumo no negócio da empresa –na alimentação de porcos e aves.

"Apesar de enxergarmos a possibilidade da BRF se beneficiar com uma possível quebra na oferta de frango por parte da Ucrânia, entendemos que a inflação de custo do milho deve superar a melhora no cenário dessa proteína, reforçando uma tendência negativa", diz o banco, que manteve recomendação neutra (desempenho em linha com a média do mercado) para o papel BRFS3.

No relatório divulgado na semana passada, os analistas também citam o risco de compressão de margens para a JBS, considerando as operações de frangos e porcos no Brasil e nos EUA.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da* abra legal

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.

Mercado eleva para 5,6% previsão de inflação deste ano

O mercado financeiro aumentou pela sétima vez consecutiva a previsão de inflação para 2022. Segundo projeção do boletim Focus, divulgado ontem (2) pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2022 em 5,6%. Há uma semana, a projeção do mercado era que a inflação ficasse em 5,56% este ano. Há quatro semanas, a previsão era 5,38%.

Para 2023, o mercado também elevou a expectativa em relação à evolução do IPCA. Há quatro semanas, a projeção era de inflação de 3,5% no próximo ano, mas a desta semana foi para 3,51%. Já para 2024, o mercado elevou a estimativa para 3,1%, ante os 3,09% projetados na semana passada.

Divulgado semanalmente, o boletim Focus reúne as projeções do mercado para os principais indicadores econômicos do país. Na projeção desta semana, o Focus manteve a previsão PIB, soma de todos os bens e serviços, registrada há sete dias, de 0,3%, em 2022. Esta é a quarta semana consecutiva que o mercado mantém a projeção de crescimento da economia em 0,3%.

Para 2023, o Focus também registrou a mesma expectativa de PIB da semana passada, de 1,5%. Há quatro semanas, estimava-se que o PIB crescesse 1,55%. Para 2024, a projeção manteve-se estável, ficando em 2%.

O mercado manteve em 12,25% a previsão para a taxa básica de juros, a Selic. Há quatro semanas, a projeção era de 1,75%.

Em fevereiro, o Copom, aumentou a taxa de juros de 9,25% para 10,75% ao ano. Em comunicado, o Copom indicou que continuará a elevar os juros básicos até que a inflação esteja controlada no médio prazo.

Para o fim de 2023, o mercado estima que a taxa básica de juros caia para 8% ao ano. Para 2024, a previsão é de Selic em 7,25% ao ano, ante os 7,38% da projeção da semana anterior.

Luciano Nascimento/Folhapress

Camex regulamenta redução do Imposto de Importação de veículos

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) publicou nesta quarta-feira (2) no Diário Oficial da União (DOU) decisão que regulamenta a redução da alíquota do Imposto de Importação de veículos. Ela será dada pelo prazo de até dois anos. As informações são da Agência Brasil.

Pelas regras, poderá ser concedida redução tributária a automóveis e veículos comerciais leves, com até 1.500 Kg de capacidade de carga, desmontados ou semidesmontados, sem produção nacional equivalente. A redução da alíquota do Imposto de Importação será aplicada somente para a importação de veículos novos.

A resolução diz que a alíquota do Imposto de Importação para os veículos será de 18% para os semidesmontados (SKD) e de 16% para bem completamente desmontado (CKD).

A concessão do benefício levará em consideração o segmento de produto automotivo do pleito apresentado, os resultados de consulta pública, o nível de montagem (CKD ou SKD) e o alinhamento à política automotiva vigente.

Os interessados em solicitar a concessão da redução no imposto deverão encaminhar os pleitos à Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação do Ministério da Economia, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), até o dia 31 de dezembro de 2022. O prazo poderá ser prorrogado mediante decisão do Comitê Executivo de Gestão da Camex.

Folhapress

Com alta do petróleo por guerra, Pacheco pauta projetos que tentam conter preço de combustíveis

Em meio ao impacto da guerra na Ucrânia sobre o barril do petróleo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou nesta quarta-feira (2) que colocou na pauta de votação da Casa que comanda o pacote de projetos de lei que busca a reduzir o preço dos combustíveis.

Pacheco comunicou a decisão em uma rede social. "Na próxima semana, os dois projetos de lei que trazem medidas para controlar a escalada dos preços de combustíveis (PLP 11/2020 e PL 1472/2021) estarão na pauta do Senado", disse.

"Mais do que nunca, diante do aumento do valor do barril de petróleo, precisamos tomar medidas que impeçam a elevação do preço dos combustíveis."

A invasão da Ucrânia pela Rússia e o impacto das sanções contra o país comandado por Vladimir Putin levaram o barril do petróleo a superar US$ 110 nesta quarta pela na primeira vez desde 2014. O aumento deve pressionar os preços de combustíveis no país e servirá como teste sobre a resistência da Petrobras com sua política de reajustes.

O Senado tenta votar dois projetos para amenizar as altas, mas impasse com governadores tem retardado a apreciação dos textos. Na semana passada, a votação foi adiada por Pacheco após senadores pedirem mais tempo para discutir as propostas, relatadas pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN).

Ele também se manifestou nesta quarta sobre a alta de preços e destacou a cotação de US$ 114 do barril de petróleo. "O petróleo tipo Brent, referência no mercado internacional, teve alta de 8,38% e na manhã desta quarta estava cotado a US$ 113,77. É urgente a aprovação dos projetos que podem baixar os preços de combustíveis e do gás de cozinha no Brasil", escreveu em uma rede social.

No dia 22, o senador apresentou novos pareceres para os dois projetos de lei, nos quais recuou em alguns pontos importantes na busca de construir um acordo para a votação, mas não conseguiu obter consenso no Senado.

Danielle Brant/Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.

Política

Lewandowski, do STF, suspende ação contra Lula e cita Vaza Jato

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu nesta quarta-feira (2) ação penal na qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se tornou réu em 2016, referente à Operação Zelotes.

O processo tramitava na Justiça Federal no Distrito Federal e, além de Lula, também havia se tornado réu Luis Cláudio Lula da Silva, seu filho.

Era a última ação penal contra o petista que ainda não havia sido suspensa, trancada, anulada ou que houvesse a absolvição.

O ministro decidiu acatar os argumentos da defesa, que usaram como provas as mensagens trocadas entre procuradores obtidas por hackers e, depois, apreendidas na Operação Spoofing, da Polícia Federal.

Segundo Lewandowski, "os procuradores República responsáveis pela denúncia referente à compra dos caças suecos agiam de forma concertada com os integrantes da 'Lava Jato' de Curitiba, por meio do aplicativo Telegram, para urdirem, ao que tudo indica, de forma artificiosa, a acusação contra o reclamante [Lula]".

"Valendo lembrar que investigações do mesmo jaez, relativas aos casos 'Triplex do Guarujá' e 'Sítio de Atibaia', foram consideradas inaproveitáveis pelo Supremo", acrescentou o ministro.

Segundo ele, havia, por parte dos procuradores, "quando menos, franca antipatia e, em consequência, manifesta parcialidade em relação" a Lula.

O caso ficará suspenso até posterior julgamento do tribunal, que não tem data marcada.

Lula e o filho eram acusados de participarem de um esquema de tráfico de influência, lavagem de dinheiro e organização criminosa envolvendo a compra de 36 caças Gripen, da sueca Saab, pelo governo brasileiro.

Segundo o Ministério Público Federal disse na denúncia, houve uma simulação de prestação de serviços por uma firma de Luís Cláudio, que recebeu R$ 2,55 milhões de um escritório apontado como sendo de lobistas.

José Marques/Folhapress

Com guerra na Ucrânia, presidenciáveis apostam em antigos conselheiros sobre diplomacia

A eclosão da guerra na Ucrânia tende a trazer a diplomacia e a política externa para o centro dos debates na campanha eleitoral.

A maior parte dos presidenciáveis, no entanto, tem aproveitado conselheiros antigos para se orientarem e formularem seus posicionamentos, sendo exceção o caso de "sangue novo".

O PT, por exemplo, conta com o ex-ministro de Relações Exteriores e de Defesa, Celso Amorim.

No PSDB, do governador João Doria, o ex-ministro Celso Lafer e o embaixador Sergio Amaral cumprem o papel de porta-vozes informais do partido há anos.

Já Ciro Gomes (PDT) tem ouvido o ex-ministro Mangabeira Unger, com quem já escreveu um livro em 1996.

A exceção é Sergio Moro (Podemos). Segundo sua assessoria, um grupo de conselheiros de política externa, que já fazia parte do núcleo da pré-campanha, está mapeando os possíveis impactos da guerra no Brasil. Mas os nomes dos que o compõem só serão divulgados mais à frente.

Já o presidente Jair Bolsonaro (PL) teve dificuldade em unificar o discurso sobre o tema. Em viagem à Rússia, em 16 de fevereiro, afirmou que o presidente Vladimir Putin buscava a paz.

Dias depois, o vice-presidente Hamilton Mourão deu declarações duras e defendeu o uso da força em favor da Ucrânia. O Itamaraty se esforça para centralizar as manifestações no embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), Ronaldo Costa Filho.

Folhapress

Próximo governo terá de fazer ajuste de R$ 250 bi para não subir impostos

O Brasil precisará de um ajuste de cerca de 2,5% do PIB para que a dívida pública inicie trajetória de queda, afirma Mansueto Almeida, economista-chefe do banco BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro.

O economista falou nesta quarta-feira, 23, em participação na CEO Conference, evento organizado pelo BTG Pactual, em painel ao lado de Eduardo Loyo, sócio do BTG Pactual, e Tiago Berriel, estrategista-chefe do banco.

"Sendo muito claro: o próximo governo terá de fazer um ajuste de R$ 250 bilhões", diz Mansueto. "Não se faz um ajuste dessa magnitude em um ano. Vamos precisar de um próximo governo — seja quem for — que tenha convicção de que vai ter quatro anos de austeridade."

O recorde de arrecadação em duas décadas visto em 2021, puxado por preços altos de combustível e energia elétrica, foi boa notícia para as contas públicas. No entanto, a tendência é que parte dessa folga adquirida leve a aumento de gastos em estados e municípios, que não precisam cumprir metas fiscais.

Na União, o cálculo é que, se não forem aprovadas novas desonerações (o que se discute no caso dos combustíveis), o déficit primário deste ano tende a ficar na casa dos R$ 45 a R$ 50 bilhões, ou 0,5% do PIB, diz Mansueto.

Sem um ajuste no próximo governo, o risco é que aumentar a carga tributária para custear redução de pobreza prejudique o crescimento das empresas, disseram os economistas presentes.

O Brasil é um país em desenvolvimento com carga tributária de país rico", diz o economista. A carga do Brasil é 33% do PIB, 10 pontos acima da média da América Latina e similar à da Inglaterra.

Um caminho seriam mudanças em isenções hoje garantidas a alguns setores. "O próximo governo talvez consiga mexer no regime especial de tributação, arrecadar um pouco mais. Mas não vamos nos enganar, é uma agenda difícil", conclui Mansueto.

Exame

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.

Bolsonaro usa possível falta de fertilizantes da Rússia para defender mineração em terras indígenas

O presidente Jair Bolsonaro (PL) utilizou nesta quarta-feira (2) a possível escassez de fertilizantes causada pela guerra na Ucrânia para defender a mineração em terras indígenas.

"Em 2016, como deputado, discursei sobre nossa dependência do potássio da Rússia. Citei três problemas: ambiental, indígena e a quem pertencia o direito exploratório na foz do Rio Madeira (existem jazidas também em outras regiões do país)", escreveu Bolsonaro no Twitter.

"Nosso Projeto de Lei n° 191 de 2020, 'permite a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em terras indígenas'. Uma vez aprovado, resolve-se um desses problemas", disse o presidente.

"Com a guerra Rússia/Ucrânia, hoje corremos o risco da falta do potássio ou aumento do seu preço. Nossa segurança alimentar e agronegócio (economia) exigem de nós, Executivo e Legislativo, medidas que nos permitam a não dependência externa de algo que temos em abundância"

Com a eclosão do conflito no Leste da Europa, entrou no radar do governo Bolsonaro a preocupação com a possível falta de fertilizantes -também os nitrogenados e fosfatados.

A Rússia é um importante exportador desses produtos. Em 2021, 62% do total importado pelo Brasil da Rússia foram adubos ou fertilizantes químicos (no equivalente a US$ 3,5 bilhões).

Há dois focos de preocupação no Planalto: a interrupção do fluxo de navios cargueiros saindo dos portos russos e os impactos das sanções do Ocidente contra Moscou.

Com parte das punições focando no sistema bancário russo, o governo receia que importadores brasileiros tenham dificuldade de processar pagamentos.

A tendência é que a busca por fornecedores e rotas alternativas para a aquisição de fertilizantes encareça esses produtos, com impactos diretos sobre a inflação.

Folhapress

Em Dubai, presidente da Embrapa reforça sustentabilidade do agro brasileiro

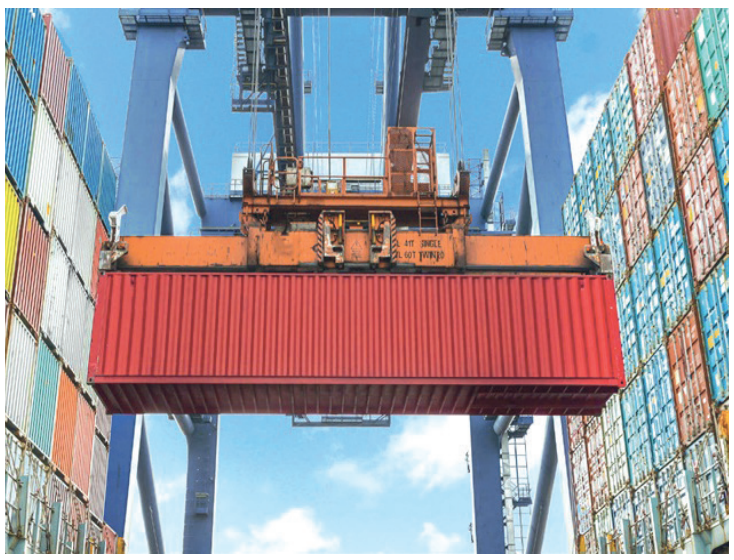
O presidente da Embrapa, Celso Moretti, participa nesta semana de novos eventos importantes em Dubai nos Emirados Árabes Unidos, com a missão de divulgar o conceito de que a agropecuária brasileira consegue conciliar competitividade com sustentabilidade e preservação ao meio ambiente. Na semana passada ele fechou novas parceiras internacionais de Pesquisa e Desenvolvimento e também participou da inauguração do escritório de negócios da CNA na cidade e do pavilhão do Brasil na Gulfood 2022, a maior feira do setor de alimentação do Oriente Médio.

"No dia 21 de fevereiro, pude participar como palestrante na Expo 2020 Dubai's Programme for People and Planet, dentro de um painel que pretendeu discutir como os países conseguirão alimentar 10 bilhões de pessoas nos próximos anos", explicou Moretti, que dividiu o palco com Sanjay Sacheti, diretor executivo do Comitê Nacional de Agricultura da Olam Agro (Índia); Badr Soukarie, chefe da Head of Food & FMCG da Dubai Global Connect; e Volker Kuntzsch, CEO da Cawthron (Nova Zelândia).

O painel teve como foco três temas principais: a reestruturação dos sistemas contemporâneos da cadeia de suprimentos global para melhorar a produtividade, acessibilidade, acessibilidade e diversidade; como as tecnologias sustentáveis inteligentes alimentarão bilhões até 2050?; e o papel dos governos e das empresas na proteção do agroecossistema para uma cadeia alimentar sustentável.

Compre Rural

Sanções à Rússia podem travar comércio com o Brasil



As sanções impostas à Rússia, como a retirada de bancos do sistema internacional de pagamentos Swift e o congelamento de parte das reservas internacionais, pode inviabilizar o embarque de produtos daquele país para o Brasil e até atrasar o desembarque de mercadorias que já estão a caminho do nosso país.

Especialistas na área de comércio exterior avaliam que o maior risco para o Brasil neste momento é não garantir a entrega de adubos e fertilizantes, produtos que representaram 62% das importações vindas da Rússia em 2021.

Já as exportações poderiam ser direcionadas para outros países, uma vez que o país estrangeiro representou apenas 0,6% do mercado exterior para os brasileiros no ano passado.

Mauro Lourenço Dias, diretor-presidente da Fiorde Logística Internacional, afirma que as sanções impostas à Rússia podem inviabilizar a concessão de cartas de crédito a exportadores e importadores. Sem essa garantia de recebimento, tanto empresas brasileiras como suas contrapartes russas não teriam segurança para concretizar suas operações.

"Fica inviável você fazer o comércio internacional. O sistema de pagamentos já ficou comprometido. Se não tem swift, os grandes bancos não vão dar carta de crédito para operações com a Rússia", afirma.

Segundo o executivo, isso coloca a Rússia em situação semelhante à de Cuba, Venezuela e Irã, que também estão fora do sistema bancário internacional.

Ele afirma que mesmo mercadorias que já foram embarcadas podem ficar retidas mais tempo nos portos brasileiros até que a empresa importadora consiga fazer o dinheiro chegar ao vendedor na Rússia. "O navio vai chegar aqui e vai ter dificuldade de liberar a carga", afirma.

José Augusto de Castro, presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), afirma que o Brasil tem como compensar uma possível queda nas exportações de produtos para Rússia, entre eles a soja, carne e café, direcionando a oferta para outros países.

Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.

Leitesol Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em Reais – R$)*

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	**179.955.552**	**159.897.272**
Caixa e equivalentes de caixa	22.455.941	16.492.721
Contas a receber	46.221.534	42.175.399
Contas a receber – parte relacionada	456.994	–
Estoques	104.260.085	96.683.290
Impostos a recuperar	6.027.104	3.838.191
Outros créditos	533.894	707.671
Instrumentos financeiros derivativos	–	–
Ativo não circulante	**15.623.153**	**11.042.583**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.693.980	3.120.798
Imobilizado	11.730.298	7.637.924
Ativo por direito de uso	–	121.296
Intangible	198.875	162.565
Total do ativo	**195.578.705**	**170.939.855**
Passivo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Passivo circulante	**101.317.210**	**88.257.489**
Fornecedores nacionais	16.388.123	4.438.355
Fornecedores estrangeiros – parte relacionada	47.900.513	48.737.793
Fornecedores estrangeiros – otros	1.549.540	–
Impostos a recolher	810.757	705.932
Empréstimos e financiamentos	7.980.090	–
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	3.841.426
Obrigações sociais a recolher	3.148.213	2.840.829
Dividendos	22.729.221	26.538.247
Outras obrigações	810.752	1.054.541
Passivo por arrendamento	–	100.366
Passivo não circulante	**530.313**	**105.774**
Empréstimos e financiamentos	457.143	–
Provisão para ações judiciais	73.170	84.844
Passivo por arrendamento	–	20.930
Patrimônio líquido	**93.731.183**	**82.576.592**
Capital social	28.484.551	28.484.551
Reservas de capital	17.588	17.588
Reserva legal	5.696.910	5.696.910
Reserva de lucros	59.532.134	48.377.543
Total do passivo e patrimônio líquido	**195.578.705**	**170.939.855**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em Reais – R$)*

		Reservas de capital		Reservas de lucros			
	Capital social	Incentivos fiscais	Correção monetária do capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**28.484.551**	**15.897**	**1.691**	**5.696.910**	**33.241.713**	**–**	**67.440.762**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	23.205.021	23.205.021
Destinação para:							
Distribuição de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(3.023.914)	(3.023.914)
Dividendos mínimos obrigatórios por ação do capital	–	–	–	–	–	(5.045.277)	(5.045.277)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	15.135.830	(15.135.830)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**28.484.551**	**15.897**	**1.691**	**5.696.910**	**48.377.543**	**–**	**82.576.592**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	17.690.408	17.690.408
Destinação para:							
Distribuição de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(2.817.620)	(2.817.620)
Dividendos mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(1.604.982)	(1.604.982)
Total de Dividendos mínimos obrigatórios por ação do capital	–	–	–	–	–	(4.422.602)	(4.422.602)
Dividendos adicionias propostos	–	–	–	–	–	(2.113.215)	(2.113.215)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	11.154.591	(11.154.591)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**28.484.551**	**15.897**	**1.691**	**5.696.910**	**59.532.134**	**–**	**93.731.183**

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em Reais – R$, exceto lucro por ação)*

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas	**465.383.170**	**415.134.712**
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	**(390.270.991)**	**(328.200.676)**
Lucro bruto	**75.112.179**	**86.934.036**
Receitas (despesas) operacionais	**(47.555.741)**	**(49.303.039)**
Comerciais	(41.440.783)	(39.292.900)
Gerais e administrativas	(12.174.539)	(10.158.427)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.059.581	148.288
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**27.556.438**	**37.630.997**
Resultado financeiro	**(1.548.507)**	**(4.107.140)**
Receitas financeiras	4.473.225	2.989.764
Despesas financeiras	(6.021.732)	(7.096.904)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**26.007.931**	**33.523.857**
Imposto de renda e contribuição social	**(8.317.523)**	**(10.318.836)**
Correntes	(8.890.705)	(10.751.529)
Diferidos	573.182	432.693
Lucro líquido do exercício	**17.690.408**	**23.205.021**
Lucro líquido por ações – básico e diluído	**0,6211**	**0,8147**

Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em Reais – R$)*

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**17.690.408**	**23.205.021**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**17.690.408**	**23.205.021**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em Reais – R$)*

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**26.007.931**	**33.523.857**
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.250.126	1.279.175
Baixas do ativo imobilizado e intangível	–	17.915
Variação cambial sobre saldos com parte relacionada	3.830.443	3.003.051
Variação cambial sobre saldos de empréstimos e financiamentos	–	2.618.299
Juros e taxas sobre empréstimos e financiamentos	489.369	946.304
Ajuste a valor presente (passivo para arrendamentos)	13.754	19.162
Instrumentos financeiros derivativos	–	(2.604.003)
Provisão (reversão) para descontos comerciais	(482.246)	290.516
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(406.823)	1.000.713
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(9.030.051)	–
Provisão para ações judiciais	(10.674)	(27.381)
Outros ajustes	(423.642)	(19.886)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:		
Contas a receber e parte relacionada	(3.614.061)	(9.226.751)
Estoques	(7.952.528)	(33.975.048)
Outros créditos e impostos a recuperar	7.014.915	6.258.956
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e fornecedores estrangeiros – parte relacionada	9.207.318	24.924.530
Impostos a recolher	104.825	(441.071)
Obrigações sociais a recolher	307.384	80.258
Outras obrigações	(243.789)	3.844
De atividades operacionais	**26.062.251**	**27.672.441**
Juros pagos	(173.565)	(998.867)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	(13.754)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.732.130)	(5.542.435)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**13.142.802**	**21.131.139**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.158.361)	(1.344.399)
Aquisição de ativo intangível	(99.153)	(57.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(5.257.515)**	**(1.401.799)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(9.922.200)	–
Aquisição de empréstimos bancários	12.600.000	–
Pagamento de principal de empréstimos bancários	(4.478.571)	(18.793.231)
Instrumentos financeiros derivativos	–	2.386.960
Pagamento de principal de contrato de arrendamento	(121.296)	(250.248)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(1.922.067)**	**(16.656.519)**
Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**5.963.220**	**3.072.821**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	**16.492.721**	**13.419.900**
Saldo no final do exercício	**22.455.941**	**16.492.721**
Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**5.963.220**	**3.072.821**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais – R$, exceto quando especificado de outra forma)

1. Natureza das Operações – A Leitesol Indústria e Comércio S.A. ("Sociedade"), situada na cidade de Bragança Paulista, São Paulo, tem por objetivo a preparação, industrialização e comercialização de leite e derivados lácteos e de produtos alimentícios em geral, bem como a importação e exportação desses produtos, podendo ainda participar em outras sociedades. Covid-19: O Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando os primeiros casos apareceram na cidade de Wuhan, província de Hubei, China. Desde 31 de dezembro de 2019, quando foram registrados os primeiros casos na China, o vírus atingiu mais de 180 países e a Organização Mundial da Saúde – OMS o declarou pandemia em 11 de março de 2020. O impacto da doença também se refletiu na atividade econômica, que sofreu perdas significativas. Portanto, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupções no fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas dos clientes, custos mais elevados, fragilidades logísticas que levam a atrasos nas entregas, problemas de saúde e segurança dos funcionários, mão de obra insuficiente e desafios relacionados à importação e exportação de produtos. Diante do cenário apresentado, a Companhia tem mantido um acompanhamento constante da evolução do tema e realizado uma análise constante dos efeitos no negócio: Impactos na operação: O principal impacto na operação é a significativa desvalorização do real frente ao dólar. Algo comum em nosso negócio e que já administramos com sucesso nas desvalorizações anteriores que o país sofreu, onde após um impacto inicial nas margens após um período de alguns meses, as variáveis são acomodadas. É claro que nos deparamos com um evento único e diferente, mas até agora, este tema específico apresenta certas semelhanças com experiências anteriores. De fato, para minimizar esse impacto, conseguimos repassar parte dos preços de venda em reais e, por outro lado, reduzimos o custo de compra de matéria-prima, por meio da renegociação dos preços dos produtos em dólares, preservando as margens e os índices de EBITDA. Além disso, também estamos aumentando a aquisição de matérias-primas locais em reais. Durante o cenário apresentado não tivemos problemas com inadimplência assim como não tivemos problemas de pagamento a fornecedores. Conclusões sobre redução do valor recuperável de ativos: Não temos este problema como preocupação neste cenário, visto que o modelo de negócio desta empresa prevê poucos ativos e estes estão em plena atividade, não há ociosidade. Conclusões sobre a continuidade operacional da Companhia: A nova fase do Coronavírus no início de 2021, com novas variantes, provocou um rápido aumento no número de casos e infelizmente mortes e internações, e teve como consequência a adoção de medidas de isolamento social mais intensas, causando maiores incertezas quanto à recuperação da economia e do consumo. Em fevereiro de 2021 as vacinações começaram em todo o mundo, gerando maior controle da epidemia, e consequentemente, melhor expectativa para recuperação econômica, o que tem se confirmado desde então. O surgimento de novas variantes ainda gera atenção, por outro lado, neste momento temos o avanço da vacinação em massa da população completando seu ciclo vacinal além de doses de reforço, desta forma, continuamos o monitoramento constante da situação do COVID e seus efeitos no negócio. Desde a empresa, ainda buscaremos gerenciar a complexa conjuntura dos negocios com o compromisso e foco de sempre, defendendo mercados conquistados com produtos de reconhecida qualidade pelos consumidores brasileiros e uma forte base de clientes que continuaremos ampliando. Principais ações tomadas pela Companhia: A Companhia tem tomado diversas medidas para fazer frente a este cenário, principalmente com foco em ações de salvaguarda da saúde de nossos colaboradores e parceiros, bem como nos recursos financeiros, onde podemos destacar algumas: • Renegociação de diversos contratos (prazos e valores); • Política de Cobrança com foco na negociação em canais mais sensíveis ao cenário atual (alimentação/restaurantes) de forma a minimizar o impacto das não conformidades; • Política de crédito mais rígida e com menor flexibilidade para concessão de limite; • Implementação/adoção de medidas legais (formalizadas e vigentes), tais como: – Prorrogação do prazo para pagamento de tributos, impostos e contribuições à previdência social. – Prorrogação do prazo para apresentação de declarações fiscais. – Medidas trabalhistas legais, como teletrabalho, antecipação de férias, banco de horas e suspensão de contratos de trabalho (aprendizes). **2. Base de Elaboração e Apresentação de Demonstrações Financeiras 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real – R$, que é a moeda funcional da Sociedade. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: reconhecimento da receita, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, determinação da estimativa de créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e projeções para realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e eventuais alterações com relação a estimativas contábeis são reconhecidas de forma prospectiva, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Políticas Contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **3.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: a) pelo valor justo por meio do resultado (VJR); e b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. (i) Ativos financeiros: Classificação e mensuração dos ativos financeiros: Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à Aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros mensurados pelo VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no momento do desreconhecimento também é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida VJORA	Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os ganhos de juros calculados de acordo com o método dos juros efetivos, os ganhos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais no VJORA	Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como lucro nos resultados, exceto se os dividendos representarem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se atender à duas condições e não for designado como mensurado pelo VJR: É mantido dentro da estrutura de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para coletar fluxos de caixa contratuais. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado pelo VJORA se atender à duas condições e não for designado como mensurado pelo VJR: É mantido dentro da estrutura de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No momento do reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que atenda aos requisitos a serem mensurados pelo custo amortizado ou como VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção valor justo disponível no CPC 48). Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas e outras contas a receber. Caixa e equivalentes de caixa: Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. Contas a receber: As contas a receber de clientes e partes relacionadas correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, e inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida desde o faturamento, com base nas performances esperadas de recebimento registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os títulos com vencimento de longo prazo referem à renegociação de dívida. (ii) Passivos financeiros: Classificação e medição de passivos financeiros. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for quitada, revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos. Financiamento: Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Os custos dos financiamentos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável. Os custos de financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficar prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Fornecedores, outros passivos e partes relacionadas: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e partes relacionadas no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estão demonstradas pelos valores de contratação e sujeitos a atualização da variação cambial. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.2. Estoques:** Demonstrado ao custo médio de aquisição, industrialização ou mercado, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. **3.3. Imobilizado:** Reconhecido inicialmente pelo valor de custo (valor de compra ou custo de produção acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e nas condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela Administração). Quando certos componentes de um imobilizado adquirido têm vidas úteis diferentes, é aplicado o método de componentização, pelo qual esses componentes são depreciados ao longo de sua respectiva vida útil. As despesas correspondentes à substituição ou ao reparo de um componente de um ativo imobilizado são contabilizadas como um novo ativo e o valor contábil desses elementos que foram substituídos é baixado. Os custos dos financiamentos para ativos qualificáveis são incluídos no custo do ativo. A depreciação anual é calculada pelo método linear, com base na estimativa de sua vida útil-econômica de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9. **3.4. Intangível:** Avaliado ao custo de aquisição ou formação. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, que refletem a vida útil dos ativos. Quando aplicável, é constituída provisão para redução ao seu valor de realização. **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos de vida longa para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calculará o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a nova estimativa de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade não identificou a necessidade de constituição de provisão para perda na realização dos ativos. **3.6. Demais ativos circulantes e passivos circulantes:** São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambias. **3.7. Provisão para ações judiciais:** As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 14. **3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base em lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do imposto de renda é de 15%, mais um adicional à alíquota de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder de R$240.000. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%. O efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre os livros contábeis e fiscais, prejuízo fiscal e base de

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.

… continuação

Leitesol Indústria e Comércio S.A.

contribuição negativa é registrado somente quando existe segurança suficiente sobre sua realização. **3.9. Receitas:** As receitas são mensuradas pelo base no valor justo dado pela consideração recebida, excluindo descontos, abatimentos, impostos ou juros sobre as vendas. Para determinar o momento adequado para reconhecer a receita, a Sociedade avalia quando a entidade transfere o controle da mercadoria para o cliente no valor que espera receber com esta operação, observando os seguintes critérios: i) Identificação do contrato; (ii) Identificação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da transação; (iv) Alocação do preço da transação. Se os descontos forem antecipados e o valor puder ser medido de forma confiável, então ele é descontado e reconhecido como uma redução da receita operacional à medida que as vendas são reconhecidas. **3.10. Arrendamentos Mercantil – Arrendamentos:** A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente em relação a todos os arrendamentos em que a Sociedade é o locatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo máximo de 12 meses), e arrendamentos de ativos de baixo valor (como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como uma despesa operacional de forma linear durante o período de locação, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor atual dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados utilizando a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, a Sociedade usará sua taxa de financiamento incremental. Os passivos de arrendamento são exibidos em uma linha separada no balanço patrimonial e são posteriormente mensurados aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método efetivo de taxa de juros) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento do contrato de locação feito. A Companhia volta a mensurar o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo direito de uso do ativo) desde que: • O prazo do arrendamento é alterado ou há um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra das ações. • Os pagamentos de arrendamento são modificados devido a alterações no índice ou taxa ou alteração no pagamento esperado no valor residual garantido. • O contrato de arrendamento é modificado e a alteração de locação não é contabilizada como um contrato separado. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e pagamentos de arrendamento efetuados na data inicial ou antes da data inicial, menos incentivos de locação recebidos e custos diretos iniciais. Esses ativos são então medidos a custo menos depreciação acumulada e perdas de redução para o valor recuperável acumulado. Sempre que o Grupo assumir uma obrigação em relação aos custos de desmonte e remoção de um ativo alugado, restaurando o local onde o ativo está localizado ou devolvendo o ativo correspondente à condição exigida nos termos e condições da locação, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Os ativos por direito de uso são apresentados em uma linha separada no balanço patrimonial. O Grupo aplica a IAS 36 (CPC 01(R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito a uma redução ao valor justo e para contabilizar qualquer perda de redução do valor justo identificada como descrito na política de avaliação de deterioração – "Impairment". Arrendamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativo. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como uma despesa no período em que ocorre o evento ou condição que deu origem a esses pagamentos e são registrados sob o item "Outras despesas" da demonstração do resultado. **3.11. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios subsequentes:** a) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração da Reforma da Taxa de Juros Referência à IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40 (R1))	Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
IFRS 16 (CPC 06 (R2)) —Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

b) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes. A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2021.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração da norma IFRS 4 (CPC 11) – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 (CPC 48)	Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração da norma IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Referências a estrutura conceitual	Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração da norma IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado	Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração da norma IAS 37 (CPC 25) – Contrato oneroso	Custo de cumprimento de um contrato: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade – Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro— Definição de Estimativas Contábeis	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: • Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; • Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras

Os pronunciamentos contábeis IFRS 17 (CPC 11), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" não são aplicáveis à Companhia. Em decorrência do compromisso de o CPC e o CFC de manterem atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas "International Financial Reporting Standards – IFRS".

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	9.911	6.601
Aplicações Financeiras	22.446.030	16.486.120
Total	**22.455.941**	**16.492.721**

As aplicações financeiras referem-se aos saldos diários disponíveis nas contas correntes bancárias que são aplicadas automaticamente em fundos de renda fixa, com liquidez imediata, e que em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 buscaram remunerações de 90% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a Receber

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Duplicatas a vencer	45.408.647	–	42.825.106	–
Duplicatas vencidas	2.290.864	5.961.266	1.878.455	5.800.150
Total de duplicatas	47.699.511	5.961.266	44.703.561	5.800.150
Cheques em Cobrança	9.569	457.620	9.569	457.620
	47.709.080	**6.418.886**	**44.713.130**	**6.257.770**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(470.724)	(6.418.886)	(1.038.663)	(6.257.770)
Provisão para descontos comerciais	(1.016.822)	–	(1.499.068)	–
Total	**46.221.534**	**–**	**42.175.399**	**–**

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, a companhia cedeu recebíveis a titulo de garantia de empréstimos adquiridos com o Banco do Brasil. As duplicatas vencidas registradas no ativo não circulante referem-se basicamente a renegociações com clientes por valores pré-fixados, com prazo de realização variável e superior a 1 (um) ano. Para estes saldos, a Sociedade registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa, correspondentes a 100% do saldo vencido há mais de 360 dias. O total de duplicatas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está distribuído conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer:		
Até 30 dias	32.524.141	34.579.468
De 31 a 60 dias	11.386.957	8.245.638
De 61 a 90 dias	1.497.549	–
Total – a vencer	45.408.647	42.825.106
Vencidas:		
Até 30 dias	1.343.800	1.006.244
De 31 a 60 dias	126.153	89.652
De 61 a 90 dias	596.560	70.359
De 91 a 180 dias	70.055	158.462
De 181 a 360 dias	154.296	553.738
Mais de 360 dias	5.961.266	5.800.150
Total – vencidas	8.252.130	7.678.605
Total	**53.660.777**	**50.503.711**

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber e descontos comerciais são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	8.795.501	7.504.272
Provisão para devedores duvidosos	984.889	1.484.632
Provisão para descontos comerciais	5.415.559	3.909.086
Realização da provisão para devedores duvidosos (i)	(1.391.711)	(483.919)
Realização da provisão para descontos comerciais (ii)	(5.897.806)	(3.618.570)
Saldo al cierre del periodo	7.906.432	8.795.501

(i) Referem-se substancialmente a créditos recebidos de clientes que estavam provisionados e a baixa de créditos sem expectativa de recebimento. (ii) Referem-se as baixas dos descontos comerciais, já que este evento está vinculado ao recebimento efetivo do título até a data de vencimento.

6. Estoques	31/12/2021	31/12/2020
Materias primas	18.805.153	44.103.970
Produtos de revenda	11.411.942	8.941.301
Produtos acabados	14.889.076	9.497.660
Almoxarifado	1.609.804	1.468.372
Embalagens	3.680.924	2.800.406
Importação em andamento – partes relacionadas	53.863.186	29.871.581
Total	**104.260.085**	**96.683.290**

Provisão para perdas nos estoques: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade revisou a composição de estoques e não identificou a necessidade de constituir provisão para perdas.

7. Impostos a Recuperar	31/12/2021	31/12/2020
ICMS (a)	1.735.639	2.279.023
IRPJ	61.102	9.282
PIS	747.304	199.901
COFINS	3.408.639	919.793
PIS e COFINS (ICMS) (c)	44.250	–
FINSOCIAL (b)	30.170	30.170
Outros	–	400.022
Total	**6.027.104**	**3.838.191**
Circulante	6.027.104	3.838.191

(a) A partir de janeiro de 2013, a Sociedade passou a ser diretamente afetada pelos efeitos da Resolução do Senado nº 13/12 que estabeleceu a alíquota do ICMS de 4% nas operações interestaduais com bens e mercadoria importados do exterior. Desta forma, a Sociedade, que historicamente não era geradora de saldos credores em suas operações, passou a acumular o saldo credor de ICMS. Diante do contexto citado acima, a Sociedade, amparada por seus assessores jurídicos externos, tomou todas as medidas e providências necessárias que possibilitam a compensação do respectivo saldo credor de ICMS, junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, observando o previsto na Legislação Fiscal. Em 9 de dezembro de 2014, a Sociedade recebeu da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo uma notificação que concedeu 90% de redução no pagamento de ICMS sobre as importações realizadas até setembro de 2017. Em setembro de 2017 foi protocolado o pedido de renovação, que foi aprovada em outubro de 2017, concedendo 25% de redução no pagamento do ICMS sobre as importações. Em 24 de julho de 2019, foi solicitado novo pedido de renovação e aumento da redução do ICMS nas importações. A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo renovou a concessão do benefício de redução do ICMS na importação, concedendo redução de 65% em vigor até 31 de março de 2022. (b) Em agosto de 2017, foi homologado pela Receita Federal do Brasil pedido de autorização de crédito tributário, oriundo de processo judicial encerrado com ganho de causa para o Leitesol. Refere-se a processo de compensação de imposto pago a granel (FINSOCIAL) realizado pela Sociedade em outubro de 1996 e que permaneceu em discussão até 2015. O valor do principal é de R$ 643.316, sendo o valor contábil atualizado e registrado em setembro de 2017, era de R$ 2.744.963. Em reunião realizada em 5 de setembro de 2017, em função do êxito obtido, os conselheiros deliberaram sobre o registro e a compensação do referido empréstimo, a partir de setembro de 2017. Até o momento, já foi compensado um montante de R$2.714.794. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$30.170 que serão utilizados para futura compensação com outros impostos. (c) Em junho de 2020, foi proferida sentença transitada em julgado que reconheceu o direito a essa exclusão e à compensação pelos valores indevidamente calculados, limitando o início dessa recuperação a um período de 5 anos a partir da distribuição das ações. Em fevereiro de 2021, seguindo a orientação de seus assessores jurídicos, a empresa decidiu registrar o valor de R$1.017.172 (R$425.631 de principal e R$591.542 de juros) de acordo com o limite aceito pela Receita Federal do Brasil – RFB na época. Em maio de 2021, após decisão judicial que pacificou o entendimento geral em relação ao crédito, a empresa, novamente seguindo a orientação de seus assessores jurídicos, registrou o saldo remanescente no valor de R$8.012.879 (R$5.774.511 de principal e R$2.238.368 de juros). Até o momento, já foi compensado um montante de R$7.968.629. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$44.250 que serão utilizados para futura compensação com outros impostos. (nota 14 provisão para os riscos fiscais, civis e trabalhistas).

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

			3 1/12/2021
Diferenças temporariamente indedutíveis	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a) 59.468	21.408	80.876
Provisão para reconhecimento da receita no período de competência	232.742	83.787	316.529
Provisão para participação nos resultados	441.346	158.884	600.230
Provisão para títulos a receber	77.407	27.866	105.273
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	1.161.772	418.238	1.580.010
Outras provisões	194.663	70.080	264.743
Total de diferenças temporariamente indedutíveis	2.167.398	780.263	2.947.661
Prejuízo Fiscal e base negativa de contribuição social	548.764	197.555	746.319
	2.716.162	**977.818**	**3.693.980**

			31/12/2020
Diferenças temporariamente indedutíveis	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a) 136.881	49.278	186.159
Provisão para reconhecimento de renda no período de competência	336.425	121.113	457.538
Provisão para participação nos resultados	347.406	125.066	472.472
Provisão para títulos a receber	77.407	27.866	105.273
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	1.378.519	503.775	1.882.294
Outras provisões	12.546	4.516	17.062
Total de diferenças temporariamente indedutíveis	**2.289.184**	**831.614**	**3.120.798**

(a) Os impostos diferidos sobre a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas não contemplam os valores relativos a multas sobre auto de infração, pois essas são diferenças permanentes. (b) Parcela temporariamente indedutível do saldo, que excluí, portanto, a parcela do benefício já apresentada como despesa dedutível, em consonância com os critérios determinados pela legislação fiscal. O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais. A recuperação prevista destes impostos diferidos, verificado nas projeções de lucros tributáveis são as seguintes:

Recuperação por ano:	
2022	–
2023	1.844.185
Depois de 2023	1.013.989
Total	**3.693.980**

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.

… continuação

Leitesol Indústria e Comércio S.A.

9. Imobilizado – A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de computador	Instalações	Total
Custo – 01/01/2020	219.608	8.915.465	7.535.004	739.151	641.283	856.849	575.191	19.482.551
Adições	–	267.796	739.137	11.034	269.730	55.424	1.278	1.344.399
Baixas	–	–	(240)	–	(186.916)	(1.020)	–	(188.176)
Custo – 31/12/2020	219.608	9.183.261	8.273.901	750.185	724.097	911.253	576.469	20.638.774
Depreciação – 01/01/2020	–	(6.316.154)	(4.197.378)	(421.365)	(300.523)	(638.024)	(308.711)	(12.182.155)
Adições	–	(188.473)	(533.326)	(45.738)	(111.779)	(82.108)	(27.531)	(988.955)
Baixas	–	–	240	–	169.049	971	–	170.260
Depreciação – 31/12/2020	–	(6.504.627)	(4.730.464)	(467.103)	(243.253)	(719.161)	(336.242)	(13.000.850)
Saldo Líquido – 31/12/2020	**219.608**	**2.678.634**	**3.543.437**	**283.082**	**480.844**	**192.092**	**240.227**	**7.637.924**
	Terrenos	**Edifícios**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equip. de computador**	**Instalações**	**Total**
Custo – 01/01/2021	219.608	9.183.261	8.273.901	750.185	724.097	911.253	576.469	20.638.774
Adições	–	2.457,519	2.438.591	42. 375	–	48.639	171.237	5.158.361
Baixas	–	–	–	(594)	–	(475)	–	(1.069)
Custo – 31/12/2021	219.608	11.640,780	10.712.492	791.966	724.097	959.417	747.706	25. 796.066
Depreciação – 01/01/2021	–	(6.504.627)	(4.730.464)	(467.103)	(243.253)	(719.161)	(336.242)	(13.000.850)
Adições	–	(189.710)	(587.486)	(46,406)	(132.951)	(79.196)	(30.238)	(1.065.987)
Baixas	–	–	–	594	–	475	–	1.069
Depreciação – 31/12/2021	–	(6.694.337)	(5.317.950)	(512.915)	376.204)	(797.882)	(366.480)	(14.065.768)
Saldo Líquido – 31/12/2021	**219.608**	**4.946.443**	**5.394.542**	**279.051**	**347.893**	**161.535**	**381.226**	**11.730.298**
Taxa média anual de depreciação		4%	10%	10%	20%	20%	10%	

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registrar uma provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de Dezembro de 2021. Não há ativos em garantia de qualquer operação da Sociedade.

10. Operações de Arrendamientos	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Ativo por direito de uso:		
Saldo Inicial	121.296	142.868
Adições	–	209.537
Saldo de Depreciação do período	(121.296)	(231.109)
Saldo em 31.12.2021 e 31.12.2020	**–**	**121.296**
Passivos por arrendamentos:		
Saldo Inicial	121.296	142.845
Adições	–	209.537
Pagamentos fixos efetuados durante o período	(135.050)	(250.248)
Ajuste ao valor presente	13.754	19.162
Saldo em 31.12.2021 e 31.12.2020	**–**	**121.296**

As operações de arrendamento mercantil correspondem a dois contratos, onde os escritórios da Companhia estão localizados em São Paulo e Recife. O contrato de São Paulo expira em 30 de julho de 2022 (12 meses) e o contrato de Recife expira em 30 de julho de 2024, os contratos foram renovados por um período de 12 meses. O cronograma de pagamento é o seguinte:

Pagamentos	**2021**	**2020**
Pagamentos a serem realizados em 2021	–	100.366
Passivo circulante total	–	100.366
Pagamentos a serem realizados em 2022	–	20.930
Passivo total não circulante	–	20.930

11. Intangível	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custo – Softwares 01/01/2021	856.603	800.175
Adições	99.153	57.400
Diminuições	(3.868)	(972)
Custo – 31/12/2021	**951.888**	**856.603**
Amortização – Softwares 01/01/2021	(694.038)	(634.928)
Adições	(62.843)	(59.111)
Diminuições	3.868	–
Amortização – 31/12/2021	(753.013)	(694.039)
Saldo Líquido	**198.875**	**162.565**
Taxa média anual de amortização	20%	20%

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para redução destes ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2020. Não existem bens do ativo imobilizado dados em garantia de qualquer operação da Sociedade. **12. Empréstimos e Financiamentos** – Empréstimos de capital de giro garantidos em duplicatas são representados por:

Bancos	**Despesa anual**	**31/12/2021**
Banco La Nación Argentina (a)	0,40% a.m	2.602.880
Banco do Brasil (b)	5,50% a.a.	4.455.442
Banco do Brasil (c)	CDI + 3,3% a.a	1.378.911
Total		**8.437.233**

(a) Em fevereiro de 2021, a Companhia formalizou com o Banco La Nación Argentina, um empréstimo para capital de giro no valor de R$2.500.000, obtido em 1º de março de 2021. A taxa de juros predefinida é de 0,40% a.m., e o pagamento será em parcela única com vencimento em 24 de fevereiro de 2022. Garantido integralmente pelo pagamento de 130% do valor principal no valor de R$3.250.000. (b) Em fevereiro de 2021, a Companhia recebeu do Banco do Brasil um empréstimo de capital de giro no valor de R$8.500.000, garantido inteiramente por duplicatas comerciais (40% do valor do empréstimo). A taxa de juros predefinida é de 5,50% a.a. Em junho e outubro de 2021, foram pagas duas parcelas. Ficando duas parcelas abertas com vencimentos em fevereiro e junho de 2022. (c) Em junho de 2021, a Companhia recebeu do Banco do Brasil um empréstimo de capital de giro no valor de R$1.600.000, garantido em sua totalidade por duplicatas comerciais (40% do valor do empréstimo). A taxa de juros é a taxa média do CDI de 3,30% a.a. Em dezembro de 2021 foi paga a primeira parcela, seis parcelas com vencimentos trimestrais ainda estão abertas, sendo a última em junho de 2023. Não existem cláusulas de pagamento antecipado "covenants" que devem ser cumpridos nestes contratos.

	2021	**2020**
Durante o ano de 2021, o movimento de empréstimos foi o seguinte:		
Saldo no início do exercício	–	16.227.495
Adições de principal	12.600.000	–
Adições de juros	489.369	946.304
Pagamento principal	(4.478.571)	(18.793.231)
Pagamento de juros	(173,565)	(998.867)
Variação cambial	–	2.618.299
Equilíbrio no final do ano	**8.437.233**	**–**

Garantias concedidas: Em 30 de junho de 2021, a Mastellone Hermanos SA reestruturou sua dívida financeira com vencimento em 3 de julho de 2021 (Títulos classe F sênior por USD 199.693.422), emitindo Títulos classe Sênior G por USD 110.866.214 com vencimento em 30 de junho de 2026, e o pagamento em dinheiro do saldo remanescente. Os novos títulos de Classe Sênior G serão garantidos por certas garantias, incluindo 100% do capital social e direitos de voto da Leitesol Indústria e Comércio S.A. **13. Partes Relacionadas –** Saldos e transações com partes relacionadas: A Sociedade faz grande parte de suas compras de matérias-primas e produtos de revenda no mercado internacional, tendo como principal fornecedor Mastellone Hermanos S.A., sendo este seu controlador, localizado na Argentina. Saldos de fornecedores estrangeiros: Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores estrangeiros no montante de R$47.900.513 refere-se a US$8.583.552 (R$48.737.793 refere-se a US$9.378.604 em de 31 de dezembro de 2020), para aquisição de matérias-primas e produtos de revenda. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as compras efetuadas pela controladora totalizaram R$326.683.230 (US$60.494.102) e R$302.719.994 (US$ 58.252.351), respectivamente. O prazo médio de pagamento nos anos de 2020 e 2021, foi de aproximadamente 50 dias, iniciado a partir da data de embarque das mercadorias, e essas operações não estão sujeitas a juros. Saldos de contas a receber estrangeiros: Em abril de 2021, a empresa fez uma devolução de mercadorias no valor de R$456.994 (US$81.900), esse montante será recebido ou compensado com faturas a pagar, ainda a serem definidas. Remuneração da Administração: Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R$4.100.404 (R$3.890.748 em 31 de dezembro de 2020), como remuneração total do Grupo Executivo e dos diretores. Seu Grupo Executivo e seus diretores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e suas partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos. **14. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas** – A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas inclui riscos decorrentes de ações judiciais iniciadas nas esferas cível, trabalhista e tributária. A Administração da Sociedade, com base na opinião e avaliação de risco de seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis com essas ações, conforme o seguinte detalhe:

	31/12/2020	**Adições**	**Reversões**	**31/12/2021**
Cíveis	30.361	–	3.761	34.122
Trabalhistas	65.641	–	(25.593)	40.048
	96.002	**–**	**(21.832)**	**74.170**
Depósitos Judiciais	(11.158)	(1.000)	11.158	(1.000)
Total	**84.844**	**(1.000)**	**(10.674)**	**73.170**
	31/12/2019	**Adições**	**Reversões**	**31/12/2020**
Cíveis	28.506	3.008	(1.153)	30.361
Trabalhistas	94.877	14.278	(43.514)	65.641
	123.383	**17.286**	**(44.667)**	**96.002**
Depósitos Judiciais	(11.158)	–	–	(11.158)
Total	**112.225**	**17.286**	**(44.667)**	**84.844**

A Sociedade é parte de outros processos, para os quais a Administração, com base em seus consultores jurídicos, determina que as chances de êxito são possíveis, devido a uma sólida base de defesa para estes. Essas questões ainda não têm tendência nas decisões dos tribunais ou outras decisões de processos similares, consideradas prováveis ou remotas e, por esse motivo, nenhuma provisão foi estabelecida. As ações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021, estavam assim representadas: cíveis no valor de R$34.122 (R$30.361 em 31 de dezembro de 2020) e trabalhistas no valor de R$40.048 (R$65.541 em 31 de dezembro de 2020). **15. Patrimônio Líquido – a) Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é representado por 28.484.551 ações ordinárias sem valor nominal, das quais 28.484.550 pertencem à acionista Mastellone Hermanos SA, e 1 ação pertence à Mastellone San Luís SA, domiciliada no exterior. O investimento registrado no Banco Central do Brasil equivale ao montante de US $ 19.298.883 mais ARS $ 28.473.864. **b) Reserva legal:** É calculado pela aplicação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite estabelecido em lei, 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a reserva legal é o limite estabelecido em lei. **c) Destinação do lucro líquido:** O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após as deduções previstas na legislação societária, tendo como condição prevista no estatuto a inexistência de prejuízo acumulado. Em 28 de junho e 1º de julho de 2021, a empresa fez o pagamento de dividendos no valor de R$9.922.200. d) Em 31 de dezembro de 2021, a administração reconheceu em seu patrimônio líquido o montante de R$4.422.602 (R$5.045.277 em 2020), que se refere aos dividendos mínimos obrigatórios anuais de 25% sobre o lucro líquido do ano, sendo que R$ 2.817.620, foi a título de Juros sobre o capital próprio. Adicionalmente, a administração propôs dividendos adicionais de R$ 2.113.215, que serão aprovados por meio da assembleia geral. Dessa forma, o saldo a ser pago dos dividendos em 31 de dezembro de 2021 é de R$22.279.221, e o mesmo será pago na medida em que haja disponibilidade financeira, de acordo com o estatuto. **e) Juros sobre o capital próprio:** Em 27 de setembro de 2021, a Sociedade calculou os juros sobre o patrimônio líquido no valor de R$2.817.620 (R$3.023.914 em 2020). O valor calculado está provisionado no saldo de dividendos a pagar (nota 15.c). **f) Reserva de retenção de lucros:** O saldo remanescente da conta de lucros acumulados, após a distribuição de dividendos pagos e propostos, foi alocado à reserva de lucros acumulados, como reforço do capital de giro e do orçamento de capital da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo remanescente da conta de lucros acumulados transferidos para a reserva de retenção de lucros foi de R$59.532.134 (R$48.377.543 em 31 de dezembro de 2020).

16. Receita Líquida	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita bruta de vendas	513.453.158	458.737.012
Devoluções e cancelamentos	(6.334.435)	(4.206.426)
Descontos comerciais e bonificações	(11.112.705)	(12.648.404)
Imposto sobre a receita	(30.622.848)	(26.712.470)
Receita Líquida	**465.383.170**	**415.169.712**

17. custos e despesas por natureza	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custo de bens e produtos vencidos:		
Depreciação e amortização	(813.748)	(731.973)
Despesas com funcionários	(6.270.262)	(5.834.422)
Consumo de matérias-primas e materiais	(378.951.235)	(318.985.731)
Custos Gerais de fabricação	(4.235.746)	(2.648.550)
Total dos custos por natureza	**(390.270.991)**	**(328.200.676)**
Despesas operacionais:		
Depreciação e amortização	(315.082)	(316.092)
Depreciação do ativo por direito de uso	(121.296)	(231.109)
Despesas com funcionários	(11.455.154)	(10.278.234)
Custos com frete	(19.545.674)	(19.385.133)
Comissões sobre vendas	(5.437.781)	(5.452.714)
Acordos comerciais e promoções	(10.124.181)	(8.253.299)
Publicidade e propaganda	(188.781)	(997.949)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21.832	27.382
Consultoria e assessoria	(3.432.318)	(2.170.618)
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – Nota º 7 (c)	6.200.142	–
Outras receitas e despesas	(3.157.448)	(2.280.273)
	(47.555.741)	(49.338.039)
Comercial	**(41.440.783)**	**(39.292.900)**
Geral e administrativo	(12.174.539)	(10.158.427)
Outras (receitas) despesas operacionais líquidas	6.059.581	113.288
Total de despesas	**(47.555.741)**	**(49.338.039)**

18. Resultado Financeiro	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita:		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	503.388	78.309
Juros e descontos recebidos (a)	3.085.988	307.452
Derivativos	883.849	2.604.003
Receitas financeiras	**4.473.225**	**2.989,764**
Despesa:		
Juros sobre empréstimos bancários	(489.369)	(946.304)
Variação cambial, passiva – parte relacionada	(3.830.443)	(3.003.051)
Descontos concedidos	–	(3.177)
Variação cambial, empréstimos bancários	–	(2.618.299)
Instrumentos financeiros	(852.728)	–
Outras despesas financeiras	(849.192)	(526.072)
Despesas financeiras	(6.021.732)	(7.096.904)
Total resultado financeiro	**(1.548.507)**	**(4.107.140)**

(a) Em maio de 2021, foi proferida sentença transitada em julgado que reconheceu o direito a essa exclusão e a compensação pelos valores indevidamente calculados, limitando o início dessa recuperação ao prazo de 5 anos a partir da distribuição das ações. O impacto dos juros reconhecidos no período foi de R$2.806.229, vide nota nº 7 (c).

19. Imposto de Renda e Contribuição Social	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)	26.007.931	33.523.857
Alíquota atual	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(8.842.696)	(11.398.111)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre o capital próprio – JSCP	957.991	1.028.131
Outras diferenças permanentes	(432.818)	51.144
Imposto de renda e contribuição social	(8.317.523)	(10.318.836)
Imposto de renda e contribuição social composta por:		
Corrente	(8.890,705)	(10.751.529)
Diferido	573.182	432.693
Total	**(8.317.523)**	**(10.318.836)**

20. Lucro por Ação – As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro líquido básico por ação.

	31/12/2021	**31/12/2020**
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação	17.690.408	23.205.021
Quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do lucro líquido por ação	28.484.551	28.484.551
Lucro líquido por ação (básica) – R$	**0,6211**	**0,8147**

A quantidade média ponderada de ações utilizada no cálculo do lucro líquido diluído por ação é idêntica à quantidade de ações utilizada na determinação do lucro líquido básico por ação, uma vez que a Sociedade não possui instrumentos financeiros ou outro contrato que possa dar direito de diluição.

21. Instrumentos Financeiros – Todas as operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2021			**31/12/2020**		
	Valor justo por meio do resultado	**Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado**	**Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado**	**Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado**
Aplicações financeiras	22.455.941	–	–	16.492.721	–	–
Contas a receber	–	46.221.534	–	–	42.175.399	–
Contas a receber – parte relacionada	–	456.994	–	–	–	–
Outros créditos	–	533.894	–	–	707.671	–
Passivos				–	–	
Fornecedores nacionais e outros passivos	–	–	(17.198.875)	–	–	(5.492.896)
Fornecedores internacionais – parte relacionada	–	–	(47.900.513)	–	–	(48.737.793)
Fornecedores internacionais	–	–	(1.925.273)	–	–	–
Empréstimos bancários	–	–	(8.437.233)	–	–	–
Arrendamento a pagar	–	–	–	–	–	(121.296)
Derivativos	–	–	–	–	–	–
	22.455.941	**47.212.422**	**(75.461.894)**	**16.492.721**	**42.883.070**	**(54.351.985)**

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Aplicações financeiras – São definidas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. • Instrumentos financeiros derivativos – São definidos como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor Contábil, em virtude do cálculo ser efetuado com base nas premissas observáveis de mercado, conforme metodologia acordada em contrato. • Contas a receber, fornecedores nacionais e outras obrigações e fornecedores – partes relacionadas – Os valores justos estão próximos aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. Hierarquia de valor justo: A Sociedade possui saldos abaixo dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais são classificados no nível 1 e 3:

	31/12/2021	**31/12/2020**
Aplicações Financeiras – Nível 1	22.446.030	16.486.120

Os diferentes níveis foram definidos abaixo:

• Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: receita, exceto os preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). 21.1. Exposição a riscos cambiais Esse risco decorre da possibilidade de que a Sociedade possa vir a incorrer em perdas de caixa e restrições, devido às flutuações cambiais, aumentando os saldos de passivos denominados em moeda estrangeira. As exposições a riscos cambiais são administradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas políticas adotadas e não são consideradas relevantes, devido ao curto período de liquidação, com média de 40 a 50 dias. Em 31 de dezembro de 2021, o balanço da Sociedade inclui uma conta de fornecedor em moeda estrangeira, sujeita à variação cambial, representando um passivo de R$49.825.786 referente a US$8.928.552 (R$48.737.793 referente a US$9.378.604 em de 31 de dezembro de 2020).

Análise de sensibilidade com base na taxa do dólar

				Aumento
			10%	**25%**
Taxa de câmbio		5,5805	6,1386	6,9756
	US$	R$	R$	R$
Fornecedores estrangeiros (parte relacionada e outros)	8.928.552	49.825.786	54.808.365	62.282.233
Exposição líquida do balanço			**4.982.579**	**12.456.447**

21.2. Exposição a riscos da taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas. Atualmente a sociedade possui as aplicações financeiras e os empréstimos sujeitos a oscilações a estas taxas de juros CDI, o qual encontrava-se no patamar de 4,42% a.a.

	31/12/2021	**31/12/2020**
Aplicações Financeiras	22.446.030	16.486.120
Empréstimo do Banco do Brasil	1.378. 911	–

Análise de sensibilidade: Para esses contratos, a análise de sensibilidade considera uma oscilação da taxa de juros do CDI nos percentuais de 10% e 25%.

			Aumento
		10%	**25%**
Taxa de juros		4,86%	5,53%
	Valor contábil	**Impacto**	**Impacto**
Aplicações Financeiras	22.446.030	98.763	249.151
Empréstimo do Banco do Brasil	1.378.911	(6.067)	(15.306)

21.3. Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e partes relacionadas, todos classificados como empréstimos e recebíveis registrados pelo custo amortizado. A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. **21.4. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia não receber fluxos de caixa decorrentes de operações de vendas ou créditos retidos em entidades financeiras, gerados por operações de aplicações financeiras. Para mitigar este risco, a Empresa tem como política a análise detalhada da situação patrimonial e financeira dos seus clientes e das instituições financeiras com que se relaciona, o estabelecimento de um limite de crédito aos clientes e o acompanhamento constante do seu saldo devedor. A Administração da Companhia monitora os fatores de risco por meio da análise de tendências de mercado e da revisão periódica de seus ativos e dívidas. **21.5. Gestão de riscos de instrumentos financeiros:** A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **22. Seguros** – Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são as seguintes:

Modalidade de seguro	**Riscos cobertos**	**Limite de indenização**
Todos os riscos	Responsabilidade de D&O	10. 000.000
Todos os riscos	Responsabilidade civil – geral	18.468.348

23. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 21 de fevereiro de 2022.

Sebastián Luís Maraggi
Diretor Presidente
Alexandre Lima da Silva
Contador – CRC 1SP 237.828/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.

Publicidade Legal

… continuação

Leitesol Indústria e Comércio S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Leitesol Indústria e Comércio S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Leitesol Indústria e Comércio S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Leitesol Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Sociedade realiza transações com partes relacionadas em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base ns referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de fevereiro de 2022

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Danhiel Augusto Reis
Contador
CRC nº 1SP 254.522/O-0

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, 2ª Série e 3ª Série da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessionária Linha Universidade S.A., realizada em 28 de dezembro de 2021

I. Data, Hora e Local: Realizada aos 28 dias do mês de dezembro de 2021, às 9:30 horas, na sede da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551- 000. **II. Convocação:** Dispensada em razão do comparecimento da totalidade dos titulares das debêntures em circulação, ("Debenturistas" e "Debêntures") objeto do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessionária Linha Universidade S.A.*" celebrado em 26 de março de 2021, ("Escritura de Emissão"), em observância ao disposto no artigo 71, parágrafo 2º, cumulado com o artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na cláusula 11.3 da Escritura de Emissão. **III. Presença:** Presentes: (i) Debenturistas representando 100% (cem por cento por cento) das Debêntures da 1ª série, 2ª série e 3ª série em circulação, emitidas no âmbito da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, com garantia fidejussória adicional, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia ("3ª Emissão"); (ii) o representante da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário da 3ª Emissão ("Agente Fiduciário"); e (iii) os representantes da Companhia. **IV. Mesa:** Presidida pelo(a) Sr. Marcio Somera, e secretariada pelo Sr. Carlos Alberto Bacha. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da Cláusula 6.10 da Escritura de Emissão para prorrogar o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Emissão em 3 (três) meses, de modo que o vencimento e, por consequência, tanto a Data de Amortização das Debêntures quanto a data do último pagamento dos Juros Remuneratórios será o dia 31 de março de 2022; (ii) a celebração de aditamento à Escritura de Emissão, de modo a formalizar as alterações mencionadas no item "i" acima, incluindo eventuais ajustes e alteração nas demais cláusulas da Escritura de Emissão necessárias para o cumprimento das deliberações tomadas nesta assembleia ("Aditamento à Escritura de Emissão"); e (iii) autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário pratiquem todas as providências e assinem todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão, todos os documentos exigidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão e pelo banco liquidante e escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as matérias acima. **VI. Deliberações:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, os Debenturistas deliberaram, por **unanimidade**: (i) aprovar a alteração da Cláusula 6.10 da Escritura de Emissão para prorrogar o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Emissão, de modo que o vencimento das Debêntures e, por consequência, tanto o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures quanto a data do último pagamento dos Juros Remuneratórios ocorrerão em 31 de março de 2022. Referida cláusula passará a vigorar da seguinte forma: "*6.10. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, incluindo na Cláusula 6.4 acima, o prazo de vencimento das Debêntures é de 370 (trezentos e setenta) dias contados da Data de Emissão, ou seja, 31 de março de 2022 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, Amortização Extraordinária Obrigatória e Resgate Antecipado Obrigatório Total das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão*"; (ii) aprovar a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão; e (iii) autorizar o Agente Fiduciário a praticar todas as providências e assinar todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão, bem como todos os documentos exigidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão e pelo banco liquidante e escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as deliberações acima. Nos termos dos artigos 121, 127 e 128 do Código Civil, as deliberações tomadas nesta assembleia se resolverão de pleno direito, isto é, deixarão, automaticamente, de produzir seus efeitos e se extinguirão de forma irrevogável e irretratável, se não houver **(i)** o pagamento do pagamento prêmio aos Debenturistas no âmbito da 3ª Emissão, no valor de 0,30% (trinta centésimos por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, até o dia 31 de dezembro de 2021 ("Prêmio") fora do ambiente B3, diretamente aos Debenturistas; **(ii)** a implementação da prorrogação do vencimento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, da Companhia, no valor total de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na sua data de emissão, realizada nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Concessionária Linha Universidade S.A." ("1ª Emissão de Debêntures") para 02 de abril de 2022 ou data posterior; e/ou **(iii)** a quitação da 1ª Emissão de Debêntures até 3 de janeiro de 2022, desde que sejam simultaneamente quitadas as Debêntures da 3ª Emissão. Restou, por fim, consignado que os termos iniciados em maiúsculas utilizados nesta assembleia, que não tenham sido expressamente definidos nesta, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 28 de dezembro de 2021. Marcio Somera, CPF: 155.308.068-80, Presidente; Carlos Alberto Bacha, CPF: 606.744.587-53, Secretário. **Concessionária Linha Universidade S.A. (Emissora)**, Nelson Segnini Bossolan, CPF: 075.371.638-04; Juan Antonio Santos De Paz, CPF: 716.662.191-50; **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Agente Fiduciário),** Carlos Alberto Bacha, CPF: 606.744.587-53. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 110.029/22-7 em 23/02/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cooper-Recicla Cooperativa de Vendas em Comum de Sucatas de Metais Ferrosos e Outros Resíduos

CNPJ/MF nº 11.781.427/0003-52

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

A Diretora Presidente da **Cooper -Recicla Cooperativa de Vendas em Comum de Sucatas de Metais Ferrosos e Outros Resíduos** convida os senhores associados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 07 de março de 2022, às 10:00 horas, em sua sede social, na Rua Alameda Comendador Doutor Santoro Mirone, nº 386, Recreio Campestre Jóia, Cidade de Indaiatuba/SP, com a presença de 2/3 do número de associados ou de delegados distritais que representem esse mesmo número de votos, em primeira convocação; às 11:00 horas com a metade mais 1 dos associados ou de delegados distritais que representem esse número de votos, em segunda convocação; ou às 12:00 horas com no mínimo 10 associados ou delegados distritais que representem, no mínimo, esse número de votos, em terceira e última convocação; a fim de deliberarem sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. Indaiatuba/SP, 25 de fevereiro de 2022. **Marilene da Silva –** Diretora Presidente. (03, 04 e 05/03/2022)

Mafe Energia e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 08.386.634/0001-36

Edital de Convocação

Fernando Antônio Bertin, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.774.333 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.854.238-76, na qualidade de **Presidente do Conselho de Administração** da Mafe Energia e Participações S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.386.634/0001-36 e na JUCESP sob NIRE 3530033470-1, no uso das atribuições previstas no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, convoca seus Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no dia 07/03/2022, segunda feira, às 16h00 em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 do capital social, e às 16h15 em segunda convocação, com qualquer número de presentes, na sede social da Companhia, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, sala 11-D, São Paulo-SP, e, simultaneamente, via videoconferência, tal como autorizado pelo art. 1.080-A, do Código Civil, por meio do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MTRjMTZjMDEtYml2NC00NzIxLWE3MzktNWNmMjFiNTI1MmNm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22d1336a14-622a-449d-993d-79ec7c2f756a%22%2c%22Oid%22%3a%22395c6cad-8f05-401d-99a0-5e7e25d2c553%22%7d, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1.** Metas para o ano de 2022 da Companhia e suas controladas Curuá Energia S.A. e Buriti Energia S.A.; **2.** Tratativas acerca dos juros estipulados nos instrumentos de assunção e confissão dívidas assinadas pela Companhia e suas controladas Curuá Energia S.A. e Buriti Energia S.A.; **3.** Quitação de mútuos firmados entre a Companhia, seus acionistas e suas controladas Curuá Energia S.A. e Buriti Energia S.A.; e **4.** Aprovação de investimentos (BAY) na controlada Buriti Energia S.A. **Informações Gerais:** Os Acionistas, para se fazerem representar na Assembleia por meio de procurador, deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 24 horas da data de realização, o instrumento de mandato, com poderes necessários para essa representação. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral ora convocada, nos termos do parágrafo primeiro do Art. 1.078 do Código Civil. São Paulo, 23/02/2022. ***Fernando Bertin** – Presidente do Conselho de Administração.* (25, 26/02 e 03/03/2022)

Ezze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 – NIRE 35.300.548.141

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

A Diretoria da Ezze Seguros S.A, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, que realizar-se-á no dia **28/03/2022, às 16h30min**, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 50, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, com a seguinte **ordem do dia: a) examinar, discutir e votar as contas da diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021; b) dar destinação aos resultados, se houver; c) eleição para membros da Diretoria com mandatos vencendo no exercício de 2022; d) fixar os honorários dos administradores**. Ficam os Srs. Acionistas avisados que os documentos pertinentes à Ordem do Dia encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo/SP, 25/02/2022. *A Diretoria.* (26/02, 03 e 04/03/2022)

Riokarn Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 61.357.067/0001-72 – NIRE 35.201.116.790

Edital de Convocação para Reunião Extraordinária de Sócios

Ficam convocados os Srs. Sócios da empresa Riokarn Empreendimentos e Participações Ltda., para a reunião extraordinária de sócios a realizar-se no dia 21/03/2022, às 14:00 horas, em primeira convocação, e às 14:15 horas, em segunda convocação, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.297, 4º andar, CEP 04571-010, para deliberar e discutir a seguinte ordem do dia: 1) distribuição a título de dividendo aos sócios do saldo constante em balanço patrimonial da Sociedade da conta de reserva de lucros; e 2) demais assuntos de interesse geral. São Paulo/SP, 24/02/2022. ***Júlio Cabral Matias** – Administrador.* (25, 26/02 e 03/03/2022)

ABRAFIPA – Associação Brasileira das Empresas de Filtros, Purificadores, Bebedouros e Equipamentos para Tratamento de Água

Edital de Convocação

O Diretor Presidente da **ABRAFIPA – Associação Brasileira das Empresas de Filtros, Purificadores, Bebedouros e Equipamentos para Tratamento de Água**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 15-d do Estatuto Social, convoca todos os associados quites com a tesouraria, para a **Assembleia Geral Extraordinária – AGE** , que se realizará no dia **24/03/2022, às 08h30** em 1ª convocação e **às 09h00** em 2ª convocação com qualquer dos presentes, virtualmente pela plataforma digital ZOOM, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente pelas vias digitais (e-mail, WhatsApp), quando serão tratados os seguintes assuntos: **1)** Aprovação das atividades e das contas do ano de 2021; **2)** Aprovação do orçamento para 2022; **3)** Consolidação dos membros dos departamentos; **4)** Assuntos de interesse geral. São Paulo, 25 de fevereiro de 2022. ***Alexandre Augusto Domingues** – Presidente.*

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5306
Dólar (EUA) - 5,1347
Franco (Suíça) - 5,5745
Iene (Japão) - 0,04444
Libra (Inglaterra) - 6,8666
Peso (Argentina) - 0,04757
Peso (Chile) - 0,006366
Peso (México) - 0,2493
Peso (Uruguai) - 0,1204
Yuan (China) - 0,8123
Rublo (Rússia) - 0,05135
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,7077

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,1341 / R$ 5,1347 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,1060 / R$ 5,1080 *
Turismo - R$ 5,1630 / R$ 5,2630
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,91%

OURO BM&F
R$ 315,010

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,80%
Pontos: 115.173
Volume financeiro: R$ 28,120 bilhões
Maiores altas: 3R Petroleum ON (12,93%), PetroRio ON (9,02%), Companhia Siderúrgica Nacional ON (8,09%)
Maiores baixas: Ambev ON (-4,47%), Natura ON (-4,02%), Cielo ON (-3,89%)
S&P 500 (Nova York): 1,86%
Dow Jones (Nova York): 1,79%
Nasdaq (Nova York): 1,62%
CAC 40 (Paris): 1,59%
Dax 30 (Frankfurt): 0,69%
Financial 100 (Londres): 1,36%
Nikkei 225 (Tóquio): -1,68%

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.

Negócios

A ambição global da Natural One

A Natural One, a líder em sucos naturais no Brasil, acaba de fechar um acordo com a Kraft Heinz para levar seus produtos para o Canadá – um movimento que faz parte do plano da empresa de ter mais da metade de suas receitas vindo do exterior.

A Natural One faturou R$ 570 milhões ano passado, com 25% da receita vindo de suas exportações para 15 países, incluindo a China, Singapura, Malásia e Hong Kong. A meta é passar de 50% já em 2025.

"Temos o sonho de ser uma marca global de bebidas, com um portfólio que vá além dos sucos," o general manager internacional da Natural One, Rafael Catolé, disse ao Brazil Journal. A empresa estima chegar a um faturamento de R$ 1 bilhão no final do ano que vem, uma escala suficiente para um IPO.

No Canadá, a Natural One espera entrar em até 3 mil pontos de venda já no primeiro ano, de um mercado endereçável de 5 mil que considera apenas lojas com um posicionamento premium.

A expectativa é vender entre 8 milhões e 10 milhões de litros, um valor significativo para o volume total da empresa, que no ano passado vendeu 102 milhões de litros em todo o mundo.

Pelos termos do acordo, a Natural One vai vender os sucos para a gigante global, que revenderá os produtos no Canadá com uma margem, cuidando de toda a distribuição e gestão das vendas.

Apesar do Canadá já ser um mercado competitivo, a Natural One planeja se diferenciar com sabores tropicais que dificilmente se encontram nesses países.

"Achamos que vamos conseguir explorar muito bem esse vácuo de sabores tropicais, com sucos de manga, laranja com acerola, goiaba, pink lemonade," disse o executivo. "São sabores que eles não têm lá e que são um 'mind blowing' pra eles."

A Natural One tem planos de entrar já este ano nos EUA e no México e a Kraft pode ser um parceiro natural para esta expansão.

Brazil Journal

Mercado de destilados reage a boicote contra vodca russa

Depois de uma série de chamados para boicotes às vodcas russas nos Estados Unidos, a entidade que representa o setor de bebidas destiladas no país divulgou uma manifestação sobre a origem dos produtos.

Segundo a Discus (Distilled Spirits Council), menos de 2% da vodca consumida nos EUA vem da Rússia. Marcas como Smirnoff, Ciroc, Absolut, Svedka, Grey Goose e SKYY são produzidas em endereços no Reino Unido, na Suécia, na França e nos EUA.

Em protesto à invasão da Ucrânia pela Rússia, consumidores pelo mundo despejaram suas bebidas, e governantes locais pediram que os comerciantes recolham os produtos.

Os governadores de estados americanos como Texas, Ohio e New Hampshire determinaram que os varejistas removam as bebidas destiladas russas de suas prateleiras, em sinal de apoio à Ucrânia.

O governador de Utah, Spencer Cox, anunciou que o estado não apoiará empresas russas.

No Canadá, Ontário tomou uma decisão semelhante, removendo de suas lojas todos os produtos fabricados na Rússia.

Não é a primeira vez que as vodcas russas sofrem as consequências de decisões do Kremlin. Outro boicote já ocorreu em 2013, quando o governo russo proibiu uma propaganda gay. Na época, bares paulistas também aderiram.

Joana Cunha/Folhapress

A Porto Seguro quer ir além dos seguros. E os resultados começam a aparecer

Presidente do conselho de administração da Porto Seguro desde 2019, o empresário Bruno Garfinkel costuma repetir em suas entrevistas que "a Porto é muito mais do que uma seguradora". Não foi diferente nesta terça-feira, 22 de fevereiro, durante uma participação do empresário no CEO Conference, evento realizado pelo BTG Pactual.

Garfinkel destacou o crescimento acima de 30% nas verticais de saúde, de serviços e de negócios financeiros, enquanto o vertical de seguros cresceu 11%. "A velocidade como as outras carteiras vêm ocupando espaço e agenda dentro da Porto exige uma revisão da forma como a gente se relaciona com o cliente", disse Garfinkel.

De acordo com o executivo, o plano da Porto é dobrar o tamanho da companhia nos próximos anos. Para fazer isso, a empresa quer atingir um número maior de clientes para ir além dos proprietários de imóveis e automóveis.

"As barreiras não podem ser altas. Hoje podemos oferecer o seguro de um celular para o cliente. Daqui alguns anos, pode ser o seguro residencial", afirmou Garfinkel.

Os últimos resultados da Porto Seguro mostram que ainda há um longo caminho pela frente. Por outro lado, o crescimento dos números de outras áreas demonstra que a fórmula para obter receita além do seguro já parece estar dando resultado.

Somadas, as verticais de Negócios Financeiros, Serviços e Saúde já representam uma receita de mais de R$ 6,2 bilhões por ano. O valor corresponde a quase metade do faturamento que a Porto Seguro teve com sua vertical de Seguros no último ano, com R$ 14,9 bilhões em prêmios emitidos, 11% a mais do que o registrado em 2020.

A diferença é que enquanto as outras verticais seguem aumentando o lucro líquido gerado, os seguros da Porto fizeram a companhia ganhar menos dinheiro no último ano em relação a 2020. O lucro líquido da divisão ficou em R$ 707,3 milhões contra R$ 918 milhões no período anterior, queda de 23%.

Neofeed

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C5AA-6835-88EB-1A13.